

O primeiro alvo do Qualiagro

As avaliações de conformidade e certificações são praticadas pelas empresas para ter acesso aos mercados. O recente exemplo da soja brasileira na China mostra que precisamos nos preparar melhor para o confronto no comércio internacional de qualidade. Um alerta para o Brasil face ao seu desafio de liderança mundial em importantes cadeias produtivas do agronegócio.

As expressões "ordem jurídica" e "ordem econômica e social" fazem parte do conjunto de princípios e leis, escritos ou não, para orientar o convívio civilizado entre pessoas, grupos e países. Os grupos sociais buscam a ordem, como ocorre numa cooperativa agrícola que tem um documento que a organiza e que também define as boas relações entre os associados, e deles com a sociedade.

Nestes tempos de OMC e de balança superavitária, fica mais fácil pensar e falar de uma "ordem econômica e de qualidade agropecuária": a definição de regras para o bom entendimento entre os diversos agentes econômicos, de dentro e de fora do País, em torno dos produtos originados do campo.

Mas essa harmonização tem sido buscada, antes mesmo do advento da OMC, a partir das exigências de melhores padrões de qualidade, demandados pelo desenvolvimento dos países e pelas transações internacionais, conhecidas pela sigla TIB - Tecnologia Industrial Básica.

Empresários e governo devem dar permanente atenção àqueles aspectos essenciais ao comércio internacional e interno, ao lado das cotações, dos superávits e das vitórias na OMC.

Nesse amplo campo, que, para simplificar, podemos chamar das certificações, não obtemos os melhores resultados para o empresário e a economia do País. Existe hoje, no Brasil e no mundo, uma variedade de certificações, sutilmente impostas, sem a nossa participação na elaboração das regras. Para um mesmo produto de um mesmo fabricante, embutem certificações diferentes, com acréscimos de custos.

De acordo com a CNI (1) e o MCT(2), a TIB é essencial, porque:

- a. Com a internacionalização da economia, a formação de blocos e o advento da OMC, as barreiras tarifárias desaparecem e crescem as barreiras técnicas ao comércio;
- b. A proteção de mercados se apóia em medidas relacionadas a regulamentos, normas e procedimentos para avaliação da conformidade – ou seja, a TIB dos nossos compradores e concorrentes;
- c. Os mercados são exigentes quanto à certificação de produtos por entidades credenciadas, com base em ensaios realizados por laboratórios credenciados e

conduzidos segundo medidas, normas e regulamentos técnicos;

d. Sem o reconhecimento mútuo dos sistemas de certificação e credenciamento entre os países, o preço de um produto fica acrescido do custo de tantas certificações diferentes quantos forem os mercados de destino dos bens, o que reduz a capacidade competitiva das empresas – aqui, se deve pretender o princípio de "uma só norma, um só ensaio, um só certificado, aceito amplamente";

e. Ocorre, do mesmo modo, um crescimento da necessidade de certificação de sistemas de gestão da qualidade,

O que é a TIB?

- Primeira grande meta do Projeto QUALIAGRO - Sistema de Qualidade para as Cadeias do Agronegócio, trabalho resultante de estímulo da ABAG e de convênio entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e da FEALQ/ESALQ da USP.
- Infra-estrutura tecnológica, para harmonizar, interna e externamente, os requisitos de qualidade, abrangendo, entre outros, como instrumentos de acesso aos mercados, a metrologia (envolvendo serviços de calibração, laboratórios ensaios, testes), regulamentação técnica, normalização, avaliação de conformidade (certificação), propriedade intelectual e tecnologias de gestão.

ambiental, saúde ocupacional e segurança alimentar;

f. Num enunciado simples, podemos dizer que a TIB de cá nos qualifica para entrarmos lá, enquanto oferece barreiras técnicas quando a TIB(3) de lá falhar e permitir a vinda de produtos que não interessam ao consumidor brasileiro.

São muitos os aspectos que demonstram a necessidade de aparelharmos essa esfera tecnológica, avaliando recursos disponíveis – metrológicos, humanos, laboratoriais, normativos e outros –, ponderando oferta, demanda e carências, estimulando o fomento desses setores e modernizando e harmonizando o nosso sistema, para ampliar as atividades de certificação. Tudo isso, sem esquecer da difusão das informações tecnológicas, das tecnologias de gestão (recursos humanos capacitados) e da propriedade intelectual e outras ferramentas essenciais ao êxito do trabalho. ■

(1) CNI - Confederação Nacional da Indústria, TIB - Tecnologia Industrial Básica, www.cni.org.br.

(2) MCT - Coordenação de Política Tecnológica Industrial; Programa de tecnologia industrial básica e serviços tecnológicos para a inovação e a competitividade. Ministério da Ciência e Tecnologia - Brasília, 2001, 100 p.

(3) Não será necessária a construção de uma TIB para o agronegócio, o caminho é acrescentar à TIB desenvolvida pelo MCT as especificidades do agronegócio.